



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Rever a lei para aumentar o efeito dissuasor da contratação de trabalhadores ilegais, reforçar a transparência das informações e combater com precisão o trabalho ilegal

O trabalho ilegal prejudica os direitos e interesses dos residentes e, nestes últimos dias, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais realizou, por iniciativa própria, inspecções e conferências de imprensa para divulgar os respectivos dados, tendo ainda apresentado situações de combate ao trabalho ilegal nos sectores de motoristas, remodelações, convenções e exposições, concertos, filmagens, entre outros, o que demonstra a importância dada pelas autoridades aos trabalhos de execução da lei. No futuro, o Governo deve divulgar mais informações sobre a execução da lei, por sua iniciativa, para demonstrar a sua determinação em salvaguardar os direitos e interesses dos residentes.

Segundo as autoridades, no ano passado, 668 pessoas foram sancionadas administrativamente por trabalho ilegal, provenientes, principalmente, do sector do comércio por grosso e a retalho. No entanto, como existem vários tipos de trabalho no referido sector, sugiro às autoridades que analisem e divulguem, de forma mais detalhada, a classificação e as características das infracções (trabalho ilegal, exercício de funções em locais diferentes dos autorizados ou alheias às autorizadas, trabalho por conta própria), reforcem a execução da lei junto dos sectores com elevada incidência de trabalho ilegal e, ao mesmo tempo, divulguem, através de várias plataformas *online*, mensagens sobre a proibição da contratação de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

trabalhadores ilegais ou do exercício de trabalho ilegal, bem como as respectivas consequências.

Por outro lado, o sector da construção civil é sempre o mais afectado pelos trabalhadores ilegais, e é difícil para os porteiros distinguir se os trabalhadores das obras de remodelação têm, ou não, autorização legal para trabalhar. Espero que o Governo reforce a cooperação com o sector da administração predial, divulgando informações mais precisas e completas aos cidadãos em geral, em especial, aos vizinhos, e reforçando as inspecções nos locais com maior incidência de trabalho ilegal, o que contribui para detectar trabalhadores ilegais envolvendo obras de remodelação.

Para além do reforço das inspecções periódicas e não periódicas nos pontos negros de trabalho ilegal, e tendo em conta a crescente incidência de situações de trabalho ilegal, nos últimos anos, nos sectores de convenções e exposições, concertos, filmagens, maquilhagem e guias turísticos, etc., espero que o Governo continue a prestar atenção às informações disponíveis *online*, tome a iniciativa de fiscalizar e de executar a lei, concretizando o referido no relatório das LAG deste ano: *“monitorizar proactivamente as informações em plataformas online (...) realizar fiscalizações preventivas em sectores e actividades com alta incidência de ilegalidades”*, e o mais importante é que, ao nível legislativo, o Governo deve acelerar os estudos e promover a revisão da lei, no sentido de aumentar os efeitos dissuasores das sanções.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. De acordo com a Lei da contratação de trabalhadores não residentes, os empregadores que contratam trabalhadores ilegais são punidos com uma multa de 10 a 20 mil patacas por cada trabalhador, podendo ainda ser-lhes aplicadas sanções acessórias, tais como, a privação dos pedidos de autorização de contratação. No passado, eram poucos os casos de revogação das autorizações ou de privação dos pedidos de autorização de contratação de trabalhadores não residentes. Nos últimos anos, os serviços competentes aplicaram sanções, nomeadamente, sanções acessórias, devido ao trabalho ilegal? Foram aplicadas penas de prisão aos empregadores pela contratação de trabalhadores ilegais?
2. O Governo afirmou que ia continuar a reforçar os trabalhos de execução da lei, mas os custos para a contratação de trabalhadores ilegais são baixos, portanto, dificilmente conseguem surtir os devidos efeitos dissuasores. A sociedade em geral considera que, para além de continuar com o “combate aos trabalhadores ilegais”, o Governo deve tomar a iniciativa de avançar com os trabalhos de revisão da lei. O Governo vai iniciar, ainda este ano, estudos e consultas públicas, no sentido de rever e aperfeiçoar, quanto antes, as leis relativas ao combate ao trabalho ilegal, bem como reforçar as respectivas sanções?
3. Actualmente, verifica-se o fenómeno de trabalho ilegal em todos os sectores, tanto novos como tradicionais e, nas plataformas *online*, também surge, de vez em quando, publicidade a trabalho ilegal, por exemplo, de pessoas do exterior que vêm a Macau para fazer obras de remodelação de interiores e filmagens,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

entre outros negócios. No relatório das LAG para este ano, refere-se que se vai *“monitorizar proactivamente as informações em plataformas online (...) realizar fiscalizações preventivas em sectores e actividades com alta incidência de ilegalidades”*. Então, como é que vão ser definidos os respectivos mecanismos de execução da lei?

30 de Janeiro de 2026

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Cheng I